

O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO COMO SUPORTE PARA A ANÁLISE DE CIDADES COM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO PROTEGIDO

Marcela do Nascimento Padilha¹

Resumo

O texto que aqui apresentamos refere-se a uma análise feita do conceito de espaço público baseada nas concepções de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett. Tal análise tem por finalidade fornecer um suporte à compreensão das transformações pelas quais vêm passando as cidades parcial ou totalmente tombadas por instituições de proteção ao patrimônio histórico.

Recorremos aos autores acima citados por entendermos que eles, mesmo com formações intelectuais distintas, entendem o espaço público como o local da visibilidade e do encontro entre os cidadãos, isto é, da sociabilidade. Assim também o entendemos e, além disso, vemos a sua materialidade como fundamental para o exercício da cidadania. Dessa forma, analisamos a concepção de cada um desses autores buscando pontos de convergência e meios para compreendermos a condição cidadã nas atuais cidades patrimonializadas que convivem com a atividade turística ou que têm nesta sua principal fonte de renda.

Portanto, neste artigo, o que se pretende é estabelecer a relação espaço público-patrimônio histórico-turismo a fim de fornecer uma contribuição geográfica à análise das cidades tombadas a partir do diálogo com outros campos científicos.

Palavras-chave: espaço público; patrimônio histórico; turismo; cidadania.

Eixo Temático: Enfoques Epistemológicos da Geografia

O conceito de espaço público que adotaremos neste trabalho está apoiado nas ideias desenvolvidas, principalmente, por três teóricos: Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett. A decisão de adotá-los ocorreu porque acreditamos que, embora não sejam geógrafos, tais intelectuais viram a materialidade do espaço como um fator de grande importância na constituição da esfera pública, o que não é muito comum nos cientistas não-geógrafos. Além disso, os três autores vão ao encontro da visão que defendemos do espaço

¹ Doutoranda em Geografia – UFF (Brasil) e UB (Espanha). Email: marcela.nascimento@gmail.com
Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

público, qual seja a de que ele se constitui em um espaço privilegiado da vida cidadã. A esfera pública, da qual tratam os autores, contém o espaço público. Além disso, nosso objetivo é defender a ideia de que o conceito de espaço público precisa ser revisitado, tendo em vista as grandes e rápidas mudanças pelas quais a nossa sociedade atual tem passado e que fatalmente impacta sobre a forma, os usos e a apropriação desses espaços característicos da vida cidadã.

Dessa forma, apresentaremos a nossa interpretação da concepção de público e de espaço público desenvolvida por esses autores. Estamos convencidos de que suas ideias, em consonância com a definição de espaço e de espaço público proposta por geógrafos, urbanistas e outros profissionais que se debruçam sobre o tema acerca do espaço constituem uma base sólida para o estudo das transformações socioespaciais de cidades sob gestão patrimonial.

1. Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett: três formas de se analisar a esfera pública

Os três autores elaboram suas análises acerca da esfera pública mencionando, em algum momento, a diferenciação entre público e privado. A partir daí, cada um, a sua maneira, apresenta uma concepção de público de acordo com diferentes momentos da história, enfocando um possível enfraquecimento de seu sentido na sociedade contemporânea.

1.1 Hannah Arendt

Segundo a filósofa alemã Hannah Arendt², o público está diretamente relacionado ao político, como se fossem praticamente sinônimos. Ela explica tal afirmação ao dizer que certas coisas só podem existir na esfera privada, como o amor, pois empregadas para finalidades políticas, tendem a se extinguir. Já o público, ao contrário, é onde se pode ver e ouvir, ser visto e ouvido. Assim, a primeira diferenciação que a autora faz entre público e privado está relacionada à visibilidade, isto é, à publicidade. E completa afirmando que a

² ARENDT, Hannah. 1993 [1958]. *La Condición Humana*. Barcelona: Paidós Ibérica.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

realidade só pode se constituir na esfera pública, pois se aparecer é ser real, então a realidade está diretamente relacionada ao público.

É em público onde podemos viver juntos, constituir um mundo juntos, mesmo não fazendo parte da mesma família. É a esfera pública, segundo ela, que permite a união, que faz com que mantenhamo-nos juntos. E é aí que reside o problema da sociedade de massas. Esta tem o poder de desunir as pessoas, por mais juntas que elas possam estar ou parecer estar. Por isso, essa sociedade perdeu o interesse pela vida em comum; ela não encontra um verdadeiro elo que una uns aos outros.

Para se constituir uma esfera pública, Arendt³ afirma que é necessário pensarmos na permanência do mundo, e não no seu fim, como o fez a sociedade cristã em uma parte da Idade Média. Segundo ela, é fundamental para a existência da esfera pública e, portanto, para uma vida em comum, que pensemos no mundo como algo que permanecerá a despeito de nós ou de nossa vida mortal. Assim, diferente da doutrina cristã, por exemplo, de que deveríamos nos desvencilhar das coisas do mundo para alcançarmos a salvação da alma, pensar em um mundo comum, onde todos entram ao nascer e deixam ao morrer é a visão que une as pessoas na era Moderna e as faz perceber que esse mundo comum “[...] solo puede sobrevivir al paso de las generaciones en la medida en que aparezca en público. La publicidad de la esfera pública es lo que puede absorber y hacer brillar a través de los siglos cualquier cosa que los hombres quieran salvar de la natural ruína del tiempo [...]”⁴

A partir da tentativa de manter-se no mundo mesmo após a morte do corpo é que surgiram os monumentos. Presentes desde o início da vida em cidades, os monumentos eram vistos como aqueles objetos capazes de fazer lembrar algum feito ou pessoa mesmo após passadas muitas gerações. E esses monumentos eram posicionados em lugares públicos, para serem vistos pelo maior número possível de pessoas. Nesse sentido, os monumentos eram os responsáveis pela permanência de alguém no mundo mesmo após a sua morte. Assim, tanto para os antigos gregos, com a polis, quanto para os romanos, com a res pública, a esfera pública foi aquela capaz de tirar os homens da futilidade e da

³ ii Ibidem.

⁴ iii Ibidem, p.64.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

insignificância da vida individual e privada e dar sentido à vida, imortalizando-a por meio dos pensamentos compartilhados e dos objetos construídos.⁵

A esfera pública nos possibilita inúmeras perspectivas oferecidas pelo mundo comum que não se podem mensurar. Dessa forma, o fim do mundo comum ocorrerá quando deixarmos de ver e ouvir os outros, de sermos vistos e ouvidos pelos outros, isto é, quando mergulharmos em um mundo privado, singular, onde a pluralidade humana não se mostre. A esfera pública permite que vejamos sob diferentes aspectos, que nos apresentemos sob perspectivas variadas e, assim, possamos construir a realidade.

Vemos, portanto, que Hannah Arendt nos fornece uma concepção de público em estreita relação com a visibilidade, a pluralidade e a sociabilidade. A esfera pública nos possibilita viver em um mundo comum, no qual a realidade humana é produzida por meio da relação objetiva entre as pessoas. Esta realidade precisa ser, então, construída no âmbito da presença de diferentes tipos de pessoas que estejam verdadeiramente dispostas a pensar na coletividade e não em si mesmas, assim como a promover ações que transcendam a duração da própria vida.

Tanto a esfera pública quanto a esfera privada precisam de um lugar para se realizar. O público encontra o seu lugar no espaço público, que não é a esfera pública, mas nela está contido. A esfera pública, portanto, supera o espaço público, sendo este o terreno concebido e organizado de forma a abrigar a vida pública; é o local que possibilita o encontro, o debate, a convivência; onde se pode ver e ser visto e, portanto, onde a política e a vida social podem se realizar.

Assim, o público está relacionado ao político e este, por sua vez, baseia-se na pluralidade dos homens. A política, tal como já afirmava Aristóteles⁶, não pode existir baseada apenas em um tipo de pessoa, de aspecto, de ideia. Para existir, é necessário que se faça segundo diferentes perspectivas. Na visão de Arendt⁷, o homem, por si só, não pode fazer política e, portanto, não pode constituir uma esfera pública. A política só pode surgir

⁵ Veremos no capítulo seguinte como a ideia de monumento foi superada pela de patrimônio na contemporaneidade.

⁶ ARISTÓTELES (384 a.C.-322 a.C). 2006. A Política. Rio de Janeiro; Martins Fontes.

⁷ ARENDT, Hannah. 2002 [1993]. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

com a relação entre os homens, isto é, com a sociabilidade e é ela que tem a capacidade de promover a ordem entre as diferenças.

Por conseguinte, a política, segundo Arendt⁸, possibilita a sociabilidade e a visibilidade ao impedir que as diferenças promovam o caos. Ela seria, assim, a responsável pela nossa liberdade. Por isso, a autora afirma que a liberdade alcançada na Modernidade é uma grande conquista para a humanidade. Embora com um sentido diferente daquele que havia na Antiguidade, a sociedade moderna conseguiu uma grande avanço nesse aspecto. “[...] Só o fato da emancipação das mulheres e da classe operária, quer dizer, de grupos de homens que nunca antes podiam mostrar-se na vida pública, dá um rosto radicalmente novo a todas as questões políticas”⁹.

Portanto, é possível notar com clareza que Hannah Arendt vê a visibilidade, a pluralidade e a sociabilidade como as características essenciais da vida coletiva e, portanto, da esfera pública que, por sua vez, é organizada pela política para possibilitar a liberdade das pessoas. Mas essas características se realizam em um lugar específico, ou seja, o espaço público, onde as coisas podem ser mostradas e onde a vida pode ser produzida e reproduzida objetivamente. O problema da sociedade atual, segundo a autora, é que as pessoas não estão encontrando o elo que as une umas às outras, que lhes desperte o desejo de viverem em um mundo comum. Com isso, a individualidade está sobrepujando o social, e o privado o público.

1.2 Jürgen Habermas

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, em seu importante trabalho “Mudança Estrutural da Esfera Pública”¹⁰, contribui profundamente para o debate acerca do significado de público e da constituição da esfera pública, além das mudanças pelas quais esta vem passando ao longo da História. Embora seu objetivo não tenha como foco o

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p.75.

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. 1984 [1962]. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

espaço público, sua análise vai ao encontro da posição que defendemos aqui acerca desta categoria.

Sua ideia sobre o termo “público” é apresentada, inicialmente, por meio da relação com a acessibilidade das pessoas. E, por isso, diferencia ação pública de espaço/edifício público. Para ele, uma ação pública deve ser acessível a todos, sem exceção. Já um edifício/espaço público não está, necessariamente, acessível a todas as pessoas, mas precisa abrigar uma ou mais instituições públicas. O Estado seria o poder público maior, responsável por promover o bem comum a todos os cidadãos.

Para o autor, o uso mais frequente do público seria por meio da opinião. A opinião pública tem como sujeito o público que, por sua vez, deve ser bem informado e crítico para que a esfera pública possa cumprir o seu papel de fato. A partir daí, Habermas diferencia o público do privado, enfatizando a importância da publicidade/visibilidade do primeiro. Tal como Hannah Arendt, o autor recorre aos gregos antigos para afirmar que o privado está relacionado àquilo que não se deve mostrar e à necessidade, enquanto o público está ligado à liberdade e ao que se mostra aos outros.

“[...] A esfera privada está ligada à casa não só pelo nome (grego); possuir bens móveis e dispor de força de trabalho tampouco constituem substitutivos para o poder sobre a economia doméstica e a família, assim como, às avessas, pobreza e não possuir escravos já seriam por si só empecilhos no sentido de poder participar da polis [...]; o reino da necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada. Contraposta a ela, destaca-se a esfera pública – e isso era mais que evidente pra os gregos – como um reino da liberdade e da continuidade. Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram”¹¹.

Já na Idade Média, o autor explica que não houve uma oposição entre as esferas pública e privada, como no modelo clássico. Entretanto, havia uma separação clara do que era comum e do que era particular. Assim, havia os elementos para uso comum, publicamente acessíveis. Esta esfera do comunitário se contrapunha à esfera do particular,

¹¹ *Ibidem*, p.15-16.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

onde reside o sentido do privativo, do separado. O que mais se aproximava de uma esfera pública era a representação, visto que a mesma não pode ocorrer senão em público. Além disso, só se representava aquilo que fosse grande, de valor e, por isso, em geral, a representação estava ligada ao poder, sobretudo do rei. Além deste, os únicos que têm local de representação são os religiosos, e esse local é a igreja.

“[...] Palavras como grandeza, soberania, majestade, glória, dignidade e honra procuram designar esta especificidade de um ser capaz de representação [...]. Enquanto o príncipe e seus terra-tenentes “são” o país, ao invés de simplesmente colocar-se em lugar dele, eles só podem representar num sentido específico: eles representam a sua dominação, ao invés de o fazer pelo povo, fazem-no perante o povo”¹².

Dessa forma, podemos notar que, embora haja uma clara diferença entre as esferas pública e privada da Antiguidade grega, e as esferas comunitária – incluindo aí a representação – e particular da Idade Média, a característica da visibilidade/publicidade está presente nas duas épocas. A diferença é que, público e privado, na Grécia Antiga, eram coisas opostas, apesar de terem uma ligação próxima; já na Idade Média e mesmo antes da Revolução Industrial, essas duas esferas, muitas vezes, eram de difícil diferenciação, como se uma estivesse presente na outra. Um exemplo é o Palácio de Versalhes, onde o quarto de dormir de Luiz XIV transformou-se em um cenário e a cama em um palco (Figura 1), onde o espetáculo se apresentava aos olhos dos espectadores, isto é, ao público.

¹² *Ibidem*, p.19-20.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha



Figura 1 – Quarto e cama de Luis XIV no Palácio de Versalhes, com uma separação entre o espaço do rei (o palco) e o espaço dos espectadores (a plateia). Foto da autora – dezembro de 2010.

Já a Modernidade voltou a contrapor as esferas pública e privada, ampliando enormemente a primeira. Começam a surgir, por volta da segunda metade do século XVI, palavras relativas às duas esferas.

“[...] Em alemão [...] se encontra a palavra *privat* (privado) emprestada do latim *privatus*, e isso no sentido que, naquela época, também assumiram em inglês *private* e em francês *privé* [...]. *Privat* significa estar excluído, privado do aparelho do Estado, pois “público” refere-se entrementes ao Estado formado com o Absolutismo e que se objetiva perante a pessoa do soberano. Das *Publikum*, *the public*, *le public* é, em antítese ao “sistema privado”, o “poder público”. Os servidores do Estado são *öffentliche personen*, *public persons*, *personnes publiques*; ocupam uma função pública, suas atividades são públicas (*public Office*, *service public*) e são chamados “públicos” os prédios e estabelecimentos da autoridade. Do outro lado, há pessoas privadas, cargos privados, negócios privados e casas privadas [...]”¹³.

¹³ *Ibidem*, p.24.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

Assim, a representatividade transcende a Idade Média e chega à Modernidade com novos moldes. Na primeira, a autoridade era representada por quem tinha poder e, assim, a personalidade pública era o mesmo que a representatividade pública. Confundia-se, então, a representatividade pública com a representação teatral. Já na Era Moderna, esse papel passa a ser desempenhado pelo servidor público, ou seja, aquele que serve ao Estado e, assim, a esfera pública começa a ser ampliada. O “público” torna-se sinônimo de estatal e refere-se “[...] ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido de monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em “polícia”; as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem um público”.¹⁴

As ações do poder público, como decretos e portarias, precisavam se tornar conhecidas, isto é, públicas, e é a imprensa quem passa a exercer essa tarefa. Então, esse instrumento passa, então, a ser a via de comunicação entre o poder público e o “público”, isto é, os cidadãos. Inicialmente, tais notícias atingiam apenas uma camada privilegiada, ou seja, aquela formada pelas pessoas cultas, como juristas, médicos, professores etc. A esfera crítica começa a se formar devido aos preços dos impostos e à intervenção pública na economia doméstica privatizada. Dessa forma, a imprensa, que até então servia para levar ao público as ações do poder público, passa a ser um fórum de “vigilância” formado por um público pensante.

Com o passar do tempo, a imprensa vai contribuindo com as discussões e debates promovidos por diversos grupos. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, ela passa a se configurar como um bem de consumo e sua função jornalística começa a se perder. E a cultura, antes baseada nos livros e voltada para a informação e para a formação, volta-se, cada vez mais, para o mercado do lazer. Nesse sentido, o “público político e crítico” dá lugar ao “público consumidor de cultura”:

“[...] À medida que a cultura se torna mercadoria, e isso não só na sua forma, mas também por seu conteúdo, ela se aliena àqueles momentos cuja recepção exige uma certa escolarização – no que o „conhecimento“ assimilado, por sua

¹⁴ Ibidem, p.31.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

vez, eleva a própria capacidade de conhecer. [...] A intimidade com a cultura exercita o espírito, enquanto que o consumo da cultura de massas não deixa rastros: ela transmite uma espécie de experiência que não acumula, mas faz regredir”¹⁵.

Esse consumo de cultura não está ligado, de forma significativa, à leitura de livros. Consume-se a informação verbal ou fornecida por meio de imagens. Por conseguinte, perde-se o público crítico e este dá lugar a uma grande massa de consumidores. Assim, como a imprensa é a instituição, por excelência, da esfera pública, quando ocorre a mudança na concepção da imprensa, muda, também, a esfera pública. Primeiro ela, a imprensa, simplesmente informava as ações do poder público. Mais tarde, passou a analisar os fatos e a noticiar tais análises e, assim, iniciou sua fase de imprensa de opinião, o que serviu para desenvolver um público crítico. Mas quando ela passa a ser uma mercadoria, perde a essência da sua função crítica e passa a instrumento da cultura consumista, modificando, também, a esfera pública.

Com o passar do tempo, a publicidade passa a moldar a opinião pública, criando necessidades e implantando o interesse por coisas diversas que serão, então, consumidas. Dessa forma, sua tarefa central é produzir um certo consenso capaz de levar o público a aceitar certa pessoa ou produto. Ela se assemelha à esfera representativa, que mencionamos anteriormente, tamanho é o prestígio e confiabilidade de alcança.

Apresentamos essa visão de Habermas sobre o enfraquecimento da opinião pública devido à publicidade e ao consumo da cultura, pois, para esse autor, esse enfraquecimento leva a própria esfera pública a também perder força. E isso pode impactar de forma significativa a produção, o uso e a apropriação dos espaços públicos, lugar por excelência da esfera pública. E acreditamos que essa perda pode tornar-se um importante obstáculo à realização da cidadania. Além disso, o consumo da cultura está fortemente presente na atividade turística, sobretudo, o chamado turismo cultural que, em muitos casos, vê uma obra, monumento ou conjunto arquitetônico, como um produto a ser comercializado, e não um bem a ser apreendido.

¹⁵ Ibidem, p.196-197.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

“[...] Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ela se recolhe à sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma sociedade mal-ordenada de um trânsito tirânico; [...] no lugar da esfera pública literária [constituída pelo público crítico e informado] surge o setor pseudo-público ou aparentemente privado do consumismo cultural”¹⁶. (Idem, pp.188-9)

Habermas aponta, portanto, para uma tendência à decadência da esfera pública na nossa sociedade atual. Embora na sua forma estejamos presenciando uma expansão jamais vista na História, a sua função vem, a cada dia, se diluindo e perdendo força. Todavia, essa esfera continua sendo o princípio organizacional de nosso ordenamento político.

1.3 Richard Sennett

O sociólogo, historiador e músico Richard Sennett, em seu trabalho “O Declínio do Homem Público” (The Fall of Public Man)¹⁷, elabora uma análise da sociedade atual, criticando-a duramente e acusando-a de estar cada vez mais voltada para a vida privada e alheia a todos os benefícios que o verdadeiro contato cidadão pode nos proporcionar.

O autor afirma que, atualmente, a vida pública se transformou em uma obrigação formal, não sendo mais um prazer para os cidadãos, conforme o foi nas suas origens ocidentais. As pessoas, em geral, têm buscado relacionar-se com os seus iguais e os que estão fora desse grupo são estranhos e, portanto, ameaçadores. A cidade vai, assim, se deteriorando, pois, em sua essência, precisa ser composta por diferentes tipos de pessoas. E, na verdade, são. No entanto, a pluralidade não mais significa intercâmbio de ideias e de diferentes perspectivas. Ela está, portanto, presente de “corpo”, mas não de “alma”.

O fato de voltar-se mais para o indivíduo do que para a sociedade tem implicações significativas na política e, portanto, no seu espaço mais característico: o espaço público. Por exemplo: um candidato a um alto cargo político, muitas vezes, é eleito por pessoas que

¹⁶ Habermas, 1984 [1962], op.cit., p.188-189.

¹⁷ SENNETT, Richard. 1988 [1977]. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

consideraram mais o homem que é do que as suas ações ou planos de governo. Segundo Sennett¹⁸:

“[...] La obsesión con las personas a expensas de relaciones sociales más impersonales es como un filtro que descolora nuestra comprensión racional de la sociedad, oscurece la persistente importancia de la clase en la sociedad industrial avanzada, nos lleva a creer que la comunidad es la resultante de un acto de autodescubrimiento mutuo y a subestimar las relaciones comunitarias de extraños, particularmente aquellas que tienen lugar en las ciudades [...]”¹⁹

Nesse sentido, o autor afirma que as pessoas estão buscando resolver questões públicas a partir de visões e sentimentos pessoais, íntimos. Com isso, temos presenciado um significativo desgaste da vida pública. Assim, o domínio público e, por conseguinte, o espaço público, estão perdendo o seu caráter de promotor do intercâmbio de pessoas e atividades diversas. Ele está, também, vazio de sentido, seja pela visão íntima dos indivíduos, seja pela própria configuração traçada pelos arquitetos. Para exemplificar tal afirmação, o autor cita alguns edifícios de Nova Iorque, Paris e Londres que, paradoxalmente, combinam visibilidade com isolamento social. Ao mesmo tempo em que possuem espaços vazios que poderiam servir para o encontro, estes são isolados do exterior e servem apenas para passagem, numa clara descaracterização do espaço público.

Aliás, essa nova característica do espaço público é a que o autor denuncia como sendo a responsável pela morte do mesmo, isto é, o movimento. Segundo ele, o espaço público está se tornando sinônimo de via de passagem e, com isso, as pessoas simplesmente passam por ele. Não há, assim, uma verdadeira área de convivência, de encontro, de permanência. Uma sociedade que vive em um ritmo a cada dia mais acelerado, com cidades cada vez maiores e mais densas, e com as pessoas com visões mais íntimas que sociais, o movimento tornou-se extremamente importante e, por isso, quanto mais livre ele for, melhor

¹⁸ SENNETT, Richard. 1988 [1977]. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁹ SENNETT, Richard. 2002 [1977]. El declive del hombre público. Barcelona: Ediciones Península.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

É importante ressaltar que a visão de Richard Sennett que estamos apresentando aqui, não inclui todas as cidades do mundo. Há cidades cujo plano urbanístico, embora possibilite uma mobilidade eficiente, também possui espaços públicos destinados ao encontro e a permanência das pessoas, como praças, parques e, inclusive, ruas, que se tornam verdadeiros refúgios de tranqüilidade em meio a uma selva de pedra acelerada. Podemos citar, como exemplo, as cidades de Barcelona, na Espanha, Copenhagen, na Dinamarca, e Curitiba, no Brasil, que receberam um projeto de urbanização no qual esses espaços públicos foram, de alguma forma, privilegiados.²⁰

Sennett afirma que o desequilíbrio da vida privada e o esvaziamento da vida pública são os símbolos da nossa sociedade atual. Para ilustrar essa afirmação, promove, assim como os dois outros autores aqui analisados, uma comparação entre o público e o privado. Segundo ele, o termo “público” está relacionado, desde suas origens, ao bem comum, ao corpo político e à visibilidade, isto é, àquilo que se pode mostrar aos outros. E privado estaria ligado a privilégios. Já nas proximidades da Revolução Industrial, “público” significava aberto a todos, à região da sociabilidade, enquanto que “privado” era a esfera da família e dos amigos. Na Era Moderna, a esfera pública foi se ampliando e nela passou a se integrar uma grande diversidade de pessoas.

Com o advento da indústria e do crescimento das cidades e, por conseguinte, da ampliação do seu caráter cosmopolita, assim como com o surgimento do direito ao ócio conquistado pela classe trabalhadora, os lugares de encontro que permitem o relacionamento de pessoas ou, simplesmente, onde elas pudessem passar o tempo, se multiplicaram. Parques urbanos, passeios públicos, cafés, abertura de teatros e óperas ao grande público, entre outros exemplos, se fizeram presentes em grande número nas principais cidades. Nesse sentido, novos costumes foram criados para definir os limites

²⁰ Conforme mostram Jordi Borja e Jan Gehl em: BORJA, Jordi. 1997. Informe sobre la ciudadanía europea - Eurocities/Eurocités. Ajuntament de Barcelona; _____.1995. Barcelona, un modelo de transformación urbana - Programa de gestión urbana, Quito: P.N.U.D. - Banco Mundial; _____.1991. La ciudad conquistada, Madrid: Claves. & GEHL, Jan. 2010. Cities for people. USA: Island Press; GEHL, Jan & GEMZØE, Lars. 2002. Nuevos espacios urbanos. Barcelona: Gustavo Gili.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

entre a vida pública e a vida privada, assim como um sentido de civilidade²¹ que permitia que estranhos pudessem manter um convívio. E, dessa forma, foi constituída uma nova esfera, a do social. Tal como vimos em Hannah Arendt, Sennett aponta para o momento em que se relacionava a existência social do homem à esfera pública, e a sua natureza, à esfera privada.

“[...] A su vez, las capacidades para la paternidad y la amistad profunda fueron consideradas como potencialidades naturales más que como creaciones humanas. Mientras el hombre se hacía a sí mismo en público, realizaba su naturaleza en el dominio privado, sobre todo en sus experiencias dentro del núcleo familiar [...]”²²

O século XIX viveu mudanças significativas no domínio público. Por um lado, as grandes transformações econômicas e sociais provocadas pelo capitalismo e ainda não compreendidas pela população em geral, fizeram com que as pessoas pensassem em se proteger do público. As cidades industriais viviam um período de grande desordem social e espacial e isso levou a sua população a se voltar para a vida privada, isto é, a família.

Por outro lado, a indústria produzia cada vez mais objetos padronizados, como roupas, por exemplo, o que fazia com que o domínio público adquirisse uma certa semelhança material, mas não social. Assim, uma nova cultura urbana foi sendo delineada, e nela o público era visto como algo imoral e o privado, o domínio do familiar, do moralmente correto. Todavia, esse âmbito público significava, para as mulheres, a perda de sua virtude, e para os homens, uma possibilidade de libertação das “correntes do lar”. Os valores ligados ao domínio privado são aqueles considerados os corretos e que se sobrepõem, inclusive, sobre o político, isto é, sobre a credibilidade do homem público.

“[...] Esta „credibilidad“ política representa la sobreimposición de la imaginación privada sobre la pública y nuevamente surge en el siglo pasado como resultado de las

²¹ Para Sennett (1988, p. 323-324), civilidade é “a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. [...] A civilidade tem como objetivo a proteção dos outros contra serem sobrecarregados por alguém”. Por conseguinte, incivilidade seria: “sobrecarregar os outros com o eu de alguém. É um descenso de sociabilidade para com os outros criado por essa sobrecarga de sociabilidade”.

²² Sennett, 2002 [1977], op.cit., p.52.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

confusiones ideológicas y de conducta entre estos dos dominios”²³

Sennett conclui afirmando que voltar-se para a intimidade foi a ação da sociedade da época de resolver o problema da esfera pública negando a existência desta, ou melhor, ignorando-a. E viver em uma sociedade que prima pela intimidade significa, segundo o autor, o fim da cultura pública. O que para nós, é um equívoco, pois, como já assinalou Habermas, a cultura pública não acaba, mas se transforma, ganha novos recortes e sentidos e se expressa segundo o contexto histórico. Um exemplo, ainda que posterior às obras de Sennett e Habermas, são as redes sociais virtuais que ganham a cada dia mais e mais adeptos e constituem uma forma própria de expressão e sociabilidade. Embora verifiquemos uma perda do seu sentido original, a esfera pública continua sendo fundamental para a reprodução da vida social. De acordo com Habermas, os fundamentos sociais da esfera pública

“[...] estão [...] há cerca de um século novamente se diluindo; tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político. Ela é, evidentemente, algo mais e outra coisa do que um fragmento de ideologia liberal de que a social-democracia pudesse desfazer-se sem prejuízos [...]”²⁴.

Para Sennett, nossa sociedade atual, embora promova a facilidade da comunicação, permanece sob o domínio da intimidade. A tecnologia dos transportes e os desenhos da cidade e de seus edifícios são feitos para facilitar o movimento, tentando impedir qualquer tipo de permanência em qualquer lugar. A tentativa de fugir da impessoalidade levou à criação de comunidades que, atualmente, possuem um caráter cada vez mais restrito. Levou também as pessoas a relacionarem a felicidade com cenários íntimos, como a família, a casa e os amigos.

²³ Ibidem, p.66.

²⁴ Habermas, 1984 [1962], op.cit., p.16-17.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

É importante ressaltar, mais uma vez, que o nosso interesse maior é o de, a partir das características fundamentais da esfera pública e, especificamente, do espaço público, promover uma reflexão acerca da importância que esse espaço segue tendo em nossa sociedade contemporânea. Estamos convencidos de que esses espaços, da forma como são concebidos e organizados, podem possibilitar um ganho ou uma perda da qualidade de vida dos habitantes de uma cidade. As cidades que se encontram sob gestão patrimonial, isto é, classificadas como patrimônio nacional e/ou mundial e onde esta condição impulsiona o desenvolvimento da atividade turística, apresentam uma relação patrimônio- turismo que põe os cidadãos e os espaços públicos da cidade no centro do debate. Por meio dos espaços públicos é possível verificar se essa relação promove maior qualidade de vida aos cidadãos ou leva à perda de sua cidadania.

2. Outras importantes contribuições acerca do espaço público

Feita a apresentação e interpretação das ideias elaboradas por Arendt, Habermas e Sennett sobre a esfera pública e relacionando-as com a concepção de espaço público, mencionaremos outras importantes contribuições acerca deste tema, inclusive, de autores ligados à geografia e ao urbanismo, ciências, por natureza, espaciais.

Os espaços públicos por comportarem, em tese, a vida pública, são repletos de significados, e estes também são fundamentais para a sua constituição, tal como a materialidade e os comportamentos. As cidades possuem determinados espaços públicos que são mais valorizados e, por isso, atraem mais pessoas e são responsáveis por grande parte da produção de significados. Com efeito, estes espaços participam da criação e expressão de identidades e, por isso, podem colaborar para a constituição do sentimento de pertencimento a um determinado lugar.

As cidades contemporâneas têm nos mostrado, portanto, a necessidade de uma revisão e atualização da noção de espaço público, tendo em vista que novos elementos e atores estão surgindo com uma importância significativa na reprodução desses espaços. O Estado não é o único ator responsável pela (re) produção do espaço público; torcidas organizadas, banhistas das praias, camelôs, moradores de rua, turistas, entre outros, também

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

estão inseridos nessa nova dinâmica desses espaços especiais das cidades. Por serem os espaços que proporcionam, em diferentes graus, a visibilidade, eles devem estar configurados de tal forma que atraiam as pessoas, fazendo-as permanecer ali e possibilitar, assim, a expressão e a reprodução da vida urbana.

Nesse sentido, o espaço público, entendido como o espaço por excelência da vida urbana, que carrega consigo signos, memórias e identidades locais, pode expressar, em seu conjunto, pode nos mostrar as condições de vida de uma cidade e se a cidadania se faz ou não presente, em menor ou maior grau. Por isso, segundo Jordi Borja, o espaço público “[...] parece que sea el punto sensible para actuar si se pretende impulsar políticas de hacer ciudad en la ciudad”²⁵. Jordi Borja, urbanista catalão que há muitos anos vem trabalhando, na teoria e na prática, a relação entre o urbanismo e a cidadania, nos fornece uma definição de espaço público que vai ao encontro do que defendemos aqui, ou seja, de que esse espaço transcende o seu estatuto jurídico, constituindo-se, sobretudo, a partir do seu uso e apropriação. De acordo com o autor,

“El espacio público es un concepto jurídico: un espacio sometido a una regulación específica por parte de la Administración pública, propietaria o que posee la facultad de dominio del suelo y que garantiza su accesibilidad a todos y fija las condiciones de su utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno proviene de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana [...] y la propiedad pública [...] y cuyo destino son usos sociales característicos de la vida urbana [...]. El espacio público también tiene una dimensión socio-cultural. Es un lugar de relación y de identificación, de contacto entre las gentes, de animación urbana, a veces de expresión comunitaria [...]. En todos estos casos lo que define la naturaleza del espacio público es el uso y no el estatuto jurídico. El espacio público supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad [...]”²⁶

²⁵ BORJA, Jordi. 1998. Ciudadanía y espacio público. Publicado en VVAA, Ciutat real, ciutat ideal: Significat i funció a l'espai urbà modern. Urbanitats núm. 7, Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona. Disponível em: <http://www.laciudadviva.org/export/sites/laciudadviva/recursos/documentos/JordiBorjaciudadaniayespaciopublico.pdf-716bb2b29c8725d2ba970c143258d832.pdf>, acesso em 10/07/2010. Página 2.

²⁶ *Ibidem*, p.3.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

Assim, mais do que um terreno regido por leis e cuja acessibilidade e gestão estão a cargo da Administração Pública, o espaço público é o espaço capaz de permitir a realização da vida urbana por meio do seu uso por diferentes pessoas que nele se encontram e mostram que a cidade pode ser muito mais do que uma simples aglomeração de indivíduos, mas sim um lugar de vivência, de trocas, de inovações e de bem-estar. Mas para que assim o seja, é necessário que o espaço público seja mais do que um lugar que permita a acessibilidade, ou seja, ele precisa ser pensado e configurado para ser um espaço público *stricto sensu*. Dessa forma, segundo Borja,

“[...] La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mixturante de grupos y comportamientos y por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales [...]”²⁷

E conclui, em poucas palavras, que “[...] al espacio público se le pide ni más ni menos que contribuya a proporcionar sentido a nuestra vida urbana”²⁸. Portanto, o espaço público pode ser um elemento-chave para se alcançar a cidadania em uma cidade, seja ela pequena ou grande, nova ou antiga, com ou sem atrativos turísticos.

Nesse sentido, como diferencia Rogério Proença Leite em seu livro “Contra-usos da cidade”²⁹, existe o espaço urbano e o espaço público, que, dependendo da forma como são concebidos, influenciam de forma significativa na produção e gestão da cidade. São os usos e a apropriação que determinarão se um espaço é público ou simplesmente urbano. Uma rua, praça ou parque, embora sejam lugares urbanos, não são, necessariamente, espaços públicos tal como aqui concebemos. Para serem espaços públicos verdadeiramente cidadãos, é preciso que abriguem a vida pública, o encontro, a sociabilidade, não sendo, portanto, meros espaços de passagem.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*, p.7.

²⁹ LEITE, Rogério Proença. 2007. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

O centro histórico patrimonializado é a memória coletiva materializada que se deseja preservar. No entanto, tal simbolismo deixa de fazer sentido se esse espaço físico não estiver animado pela vida da população local, com a qual é identificado. Por isso, um centro histórico preservado sem a sua gente é como um cenário composto para acolher uma peça de ficção. Por isso, Milton Santos afirma que a utilidade dos objetos, “[...] atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores”³⁰

Uma interessante concepção do espaço público nos é oferecida por Núria Benach em seu artigo “Tres aproximacions a l’espai públic barceloní”³¹. Nele a autora define três aspectos presentes no espaço público a partir de um paralelo traçado com as três vertentes lefebvrianas do espaço social – o percebido, o concebido e o vivido. Nesse sentido, o espaço público é por ela caracterizado como o espaço do desenho – aspecto material –, o espaço da renovação – aspecto político, do poder e da regulação – e o espaço das pessoas – aspecto da multiplicidade de usos.

E, por fim, outra característica presente nos espaços públicos é o tempo, que se mostra, principalmente, através dos objetos e desenhos de diferentes momentos da história. É por meio do tempo presente na materialidade do espaço público que, segundo Cornelius Castoriadis, “[...] a coletividade pode contemplar o seu próprio passado como resultado de seus próprios atos e a partir dela se abrir a um futuro indeterminado [...]”³². Portanto, conjunto de objetos, tempo, sociabilidade, pluralidade, visibilidade e acessibilidade – que pode ser restrita, mas sempre coletiva – são os componentes do espaço público presentes nas suas dimensões: material, política, social e simbólica. São esses elementos que tornam os espaços públicos os espaços especiais de uma cidade.

Considerações Finais

³⁰ *Ibidem*, p.73.

³¹ BENACH, Nuria. Tres aproximacions a l’espai públic barceloní. In: ROBIRA, Rosa Tello i (coord.). 2002. *Espais públics: Mirades multidisciplinàries*. Barcelona: Editorial Pòrtic, p. 77-94.

³² CASTORIADIS, Cornelius. 1988. *Los dominios del hombre. Las encrucijadas del laberinto*. Barcelona: Gedisa. Apud ROBIRA, Rosa Tello i (coord.). 2002. *Espais públics: Mirades multidisciplinàries*. Barcelona: Editorial Pòrtic, p.23.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

Acreditamos que os espaços públicos são elementos-chave para a compreensão das transformações ocorridas em uma cidade a partir da relação nela estabelecida entre patrimônio histórico e atividade turística, visto que são os espaços mais representativos de uma cidade, sobretudo, daquelas que se encontram sob gestão patrimonial. Por serem os espaços onde a vida urbana se faz presente e encontra visibilidade, ele se mostra como o palco privilegiado para verificarmos como a população local se insere no processo de valorização cultural e turística da cidade. Assim, a partir desses espaços, característicos da vida cotidiana, é possível analisarmos o grau de cidadania de uma coletividade, em especial, daquelas que precisam compartilhar a sua memória materializada no espaço com aqueles que desejam conhecê-la e contemplá-la.

Referencias bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. 1993 [1958]. *La Condición Humana*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- ARENDDT, Hannah. 2002 [1993]. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ARISTÓTELES (384 a.C.-322 a.C). 2006. *A Política*. Rio de Janeiro; Martins Fontes.
- BENACH, Nuria. Tres aproximacions a l'espai públic barceloní. In: ROBIRA, Rosa Tello i (coord.). 2002. *Espais públics: Mirades multidisciplinàries*. Barcelona: Editorial Pòrtic, p. 77-94.
- BORJA, Jordi. 1997. *Informe sobre la ciudadanía europea - Eurocities/Eurocités*. Ajuntament de Barcelona; _____.1995. *Barcelona, un modelo de transformación urbana - Programa de gestión urbana*, Quito: P.N.U.D. - Banco Mundial; _____.1991. *La ciudad conquistada*, Madrid: Claves. & GEHL, Jan. 2010. *Cities for people*. USA: Island Press; GEHL, Jan & GEMZØE, Lars. 2002. *Nuevos espacios urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili.
- BORJA, Jordi. 1998. *Ciudadanía y espacio público*. Publicado en *VVAA, Ciutat real, ciutat ideal: Significat i funció a l'espai urbà modern*. Urbanitats núm. 7, Barcelona: Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona. Disponível em <http://www.laciudadviva.org/export/sites/laciudadviva/recursos/documentos/JordiBorjaciudadaniayespaciopublico.pdf-716bb2b29c8725d2ba970c143258d832.pdf>, acesso em 10/07/2010. Página 2.

O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com Patrimônio Histórico-Arquitetônico Protegido

Marcela do Nascimento Padilha

CASTORIADIS, Cornelius. 1988. Los dominios del hombre. Las encrucijadas del laberinto. Barcelona: Gedisa. Apud ROBIRA, Rosa Tello i (coord.). 2002. Espais públics: Mirades multidisciplinàries. Barcelona: Editorial Pòrtic, p.23.

HABERMAS, Jürgen. 1984 [1962]. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LEITE, Rogério Proença. 2007. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp.

SENNETT, Richard. 1988 [1977]. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

SENNETT, Richard. 2002 [1977]. El declive del hombre público. Barcelona: Ediciones Península.